

Congresso esbanja

DOMINGO, 21 DE AGOSTO DE 1988

funcionários

TÂNIA FUSCO

BRASÍLIA — No dia 4, durante o depoimento de Jorge Murad, secretário particular do presidente José Sarney, à CPI da Corrupção, o senador Roberto Campos (PDS-MT) sugeriu que o Congresso Nacional se empenhasse em corrigir suas próprias mazelas, denunciando que o Senado, por exemplo, tem recorde nacional de funcionários. Não deu números nem exemplificou as tais mazelas. Mas, segundo funcionários graduados da Casa, o maior mal do Congresso é o funcionalismo que não trabalha.

A filha do presidente da República, Roseana Sarney Murad (ex-mulher do secretário que Campos pretendeu defender) é exemplo desse grupo. Embarcada no emprego no último grande "trem da alegria", do Senado, que em fins de 1984 contratou sem concurso público mais de 600 novos servidores, Roseana, que atualmente vive no Rio de Janeiro, recebe salário como técnica em legislação e orçamento, pela folha de pagamento do Senado. Sem considerar a gratificação por cargo de confiança que deve ter, seu salário atual é de 400 mil cruzados. A gratificação dobra esse valor.

Roseana, no entanto, não está sozinha. O Congresso Nacional tem atualmente 9.243 funcionários: 5.368 servem o Senado e 3.875 à Câmara. Na estimativa de um ex-diretor do Senado, 40% desses servidores seriam "dispensáveis" e 20% deles (ou quase duas mil pessoas) sequer trabalham. Mas constam das folhas de pagamentos que mensalmente tiram dos cofres públicos três bilhões e meio de cruzados — dois bilhões para a Câmara, um e meio para o Senado.

"Meu maior problema são os funcionários que não trabalham" admite Adhemar Sabino, diretor-geral da Câmara.

"A maior dificuldade aqui é aprovar as medidas moralizadoras", cobra o senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), 1º secretário do Senado, responsável pela administração da Casa.

Há meses Jutahy tenta, sem sucesso, aprovar projeto propondo a instituição do relógio-de-ponto para o funcionalismo do Senado. Para ele, essa é a "única maneira possível" de identificar oficialmente os funcionários-fantasma. Só a comprovação da ausência contumaz pode viabilizar processo administrativo para a dispensa desses servidores. O senador baiano levou proposta à Mesa Diretora do Senado, defendendo que todos os funcionários do quadro permanente da Casa fossem submetidos ao ponto diário. A Mesa, presidida pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB), defende a exclusão dos funcionários que servem aos gabinetes dos parlamentares do compromisso do ponto. Jutahy terá de brigas na votação do plenário pela sua proposta original.

FICÇÃO DO SENADO

Foi o 1º secretário o responsável pela lei, aprovada no ano passado, que só permite a contra-

tação de novos funcionários por concurso público. Antes disso, manhas e artimanhas inchavam anualmente a folha de pagamentos do Congresso Nacional. O Senado, por exemplo, tem um especialíssimo "quadro de obras", no qual 242 funcionários, a grande maioria universitários, estão contratados como pedreiros, mestres-de-obras, serventes e encarregados. Os salários, de até mais de 400 mil cruzados, são condizentes com suas verdadeiras habilitações.

E os pedreiros-engenheiros não tocam obras da Casa, mas atuam como assessores ou auxiliares dos senadores. Um deles é Aldo Zagonel, que em 1983, ainda estudante de engenharia, pegou "um trem do quadro de obras" e foi contratado como "encarregado de serviços gerais". Até hoje tem o mesmo cargo, mas atua como assessor no gabinete do deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Quando Aldo foi contratado, o diretor-geral do Senado era simplesmente seu pai, Lourival Zagonel, que garante ter incluído o filho nesse quadro fictício "só de raiva".

"Tentamos acabar com o tal quadro de obras, que tinha cerca de 300 funcionários. A Mesa logo criou outro", explica, justificando sua "raiva".

Por benesse do então presidente do Senado, Jarbas Passarinho (PDS-PA), os 300 funcionários daquele velho quadro foram então transformados em funcionários permanentes, abrindo vaga "nas obras" para novos protegidos dos parlamentares e altos funcionários do Congresso, que cada vez que constrói ou realiza reformas contrata firmas especializadas.

SEIS MILHÕES COM SEGURANÇA

Senado e Câmara, juntos, têm 230 agentes de segurança. No início deste ano, no entanto, por "falta de segurança", a Câmara formalizou contrato com a Polícia Militar do Distrito Federal para que mais 120 homens da corporação se encarreguem da segurança externa da Constituinte. A nova proteção custa mais seis milhões de cruzados mensais.

Num quadro de nepotismo explícito, em que há poucos gabinetes que não abriguem parentes de parlamentares, o Congresso tem pelo menos a vantagem de permitir alguma transparência. Escuro mesmo só a revelação dos salários. A primeira secretária revela que o vencimento mais alto da Casa é de Czs 1.390.609,07. O dono do salário (que não foi apontado pela 1ª secretária) é o servidor Luiz do Nascimento Monteiro, diretor da secretaria administrativa, com mais de 40 anos de serviço público. O maior salário da Câmara é de seu diretor-geral. Sabino recebe mensalmente Czs 1.070.000,00. Como Monteiro, efetivamente, trabalha cinco dias por semana.

Nas duas Casas os salários mais baixos são de cerca de Czs 50 mil. Entre os dois extremos está a grande (e escura) maioria dos salários, que não distingue os que trabalham dos que só recebem. Com o dinheiro do contribuinte, o Congresso paga bem a todos.